



CENTRO DE MEMÓRIA ELEITORAL

Dossiê Eleitoral Paulista

História e Estatística

2ª edição - 2025



Tribunal Regional Eleitoral
de São Paulo

EXPEDIENTE

Presidente do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo
Desembargador Silmar Fernandes

Vice-Presidente e Corregedor Regional Eleitoral
Desembargador José Antonio Encinas Manfré

Diretor-Geral
Claucio Cristiano Abreu Corrêa

Secretária de Gestão da Informação e Documental
Livia Helena Zancopé Cardoso Guiselini

Coordenadora de Gestão Documental
Luci Taveira Amancio

Centro de Memória Eleitoral
José D'Amico Bauab
(pesquisa histórica e redação)
José Washington da Silva Assis
(pesquisa iconográfica)
Alicio Reginatto Júnior
(digitação e revisão textual)

Luiz Alexandre Kikuchi Negrão
(digitação e revisão textual)

Assessor-Chefe de Estatística e Ciência de Dados
Gilberto Rezende de Almeida Junior

Estatísticos
Alisson de Oliveira Silva
Daniela Santana Araújo
Olympio Teixeira Neto
Ricardo Salles Kurusu

Projeto Gráfico:
Giuliane Tirabasso
Patrícia Nogueira Nascimento Wowk (Geral)
Rodrigo de Oliveira Bergamini

Impressão: Seção de Produção Gráfica
Chefe: Vanderlei Garcia Martins

Ficha Catalográfica: Seção de Biblioteca
Chefe: Paulo Jair Gutkoski

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo)

Brasil. Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo. Centro de Memória Eleitoral.
Dossiê Eleitoral Paulista : história e estatística / Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo
Centro de Memória Eleitoral (CEMEL). – 2. ed. – São Paulo : Tribunal Regional
Eleitoral de São Paulo, 2025.

1. Eleição (2024) – Brasil. 2. Estatística eleitoral. 3. História político-eleitoral – Brasil. I. Título
CDU 342.8(81)

APRESENTAÇÃO

A inafastável contribuição da Justiça Eleitoral ao regime democrático brasileiro

A história contemporânea do Brasil, entre avanços democráticos e alguns retrocessos autoritários, tem como um de seus personagens centrais uma instituição cujo papel sempre foi e continuará sendo decisivo no marco civilizatório do país: a Justiça Eleitoral.

Nascida em 1932 como antídoto às fraudes eleitorais que se avolumavam na Primeira República, a Justiça Eleitoral foi extinta pela ditadura do Estado Novo em 1937, retornando ao cenário institucional em 1945 para uma ininterrupta atuação de impacto cada vez maior até os dias de hoje.

Sempre vocacionada a operacionalizar o regime democrático brasileiro, a Justiça Eleitoral trouxe, ao longo de décadas de existência, aperfeiçoamentos tecnológicos que tornam a sociedade brasileira, nesse quesito, referência mundial na escolha de seus mandatários pelo voto direto dos cidadãos.



Tribunal Regional Eleitoral
de São Paulo

SUMÁRIO

HISTÓRIA

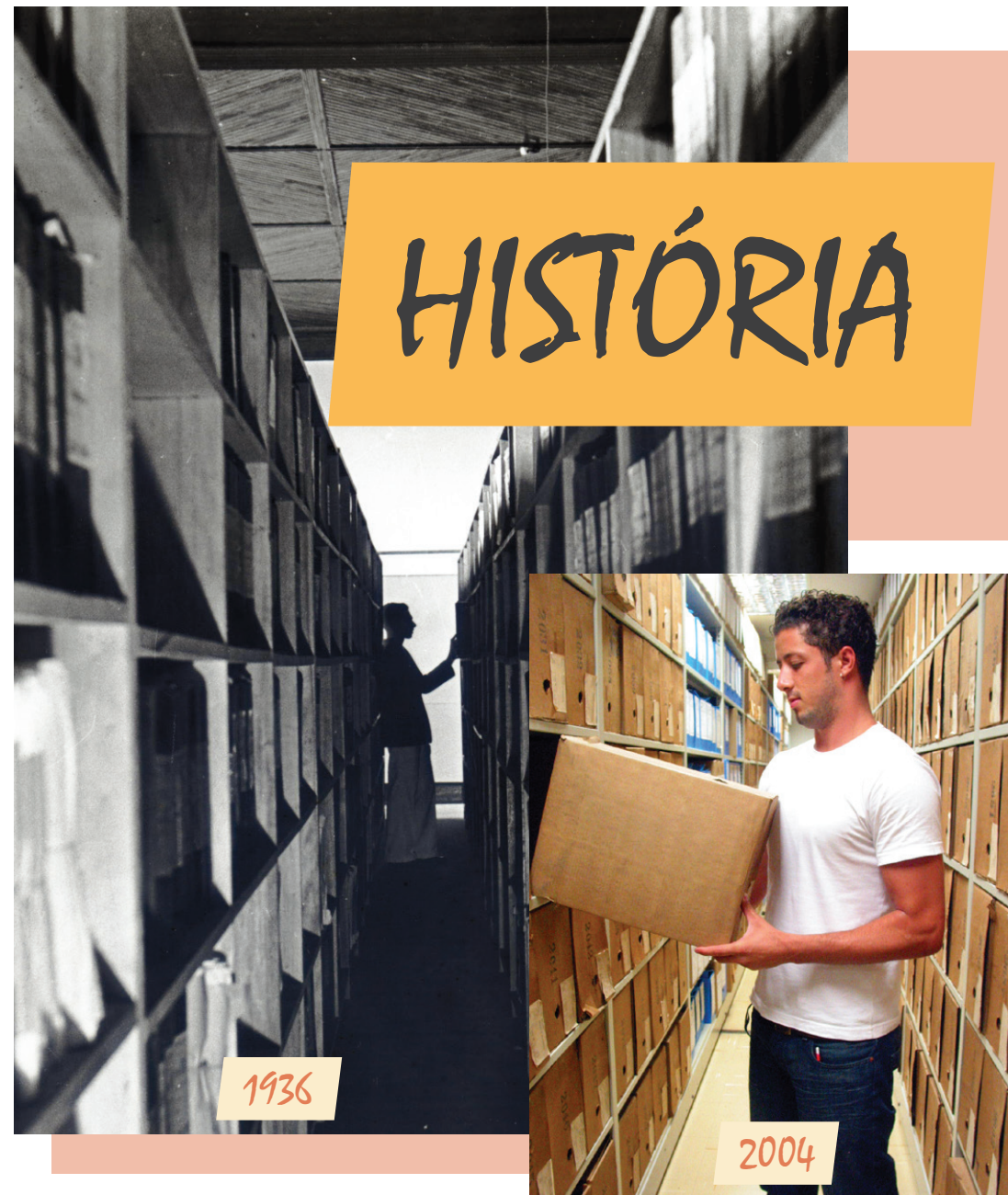
A Justiça Eleitoral do Brasil, legado permanente da Epopeia Constitucionalista de 1932 _____	6
A nova aurora democrática após o inverno varguista _____	7
A sociedade brasileira, pelo voto, na busca de sua identidade política _____	8
Da escuridão da longa noite autoritária à luz ressurgida da verdade das urnas _____	9
A tecnologia a serviço da democracia brasileira _____	10

ESTATÍSTICA

Eleições 2024 – dados gerais _____	12
Evolução do eleitorado _____	12
Eleitorado por gênero - estado de São Paulo, 2024 _____	14
Pirâmide etária - estado de São Paulo, 2024 _____	15
Eleitorado por faixa etária - estado de São Paulo, 2024 _____	16
Biometria - estatísticas das Eleições 2024 _____	18
Importação do BIOEX - Eleições 2024 _____	18

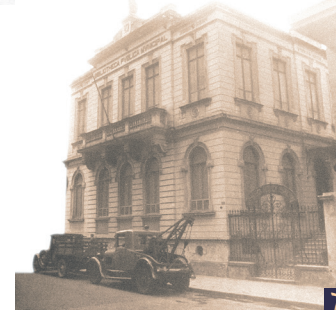
ÍNDICE DE IMAGENS _____	19
-------------------------	----

HISTÓRIA



A Justiça Eleitoral do Brasil, legado permanente da Epopeia Constitucionalista de 1932

O Brasil necessitava superar as práticas político-eleitorais deletérias da Velha República (1889-1930) e a Revolução de 3 de outubro de 1930 firmava esse compromisso. Porém, Getúlio Vargas, ao assumir o poder federal, começou a dar sinais de autoritarismo, com intervenções consideradas indevidas na governança de São Paulo. Nesse clima de tensão política, o Código Eleitoral de 24 de fevereiro de 1932 criou a Justiça Eleitoral do Brasil e instituiu o voto feminino. O então Tribunal Regional de Justiça Eleitoral encontrou berço, em 25 de maio de 1932, no Palácio da Justiça. Em 9 de julho, os paulistas, não acreditando na sinceridade de Vargas quanto à redemocratização do país, pegaram em armas. São Paulo, militarmente derrotado, teve a vitória política com a eleição da Assembleia Nacional Constituinte, em maio de 1933, e a promulgação da Constituição Federal de 1934. Todavia, em 10 de novembro de 1937, instaurou-se a chamada ditadura do Estado Novo, fechando todos os parlamentos e extinguindo a Justiça Eleitoral. O sonho democrático brasileiro estava interrompido.

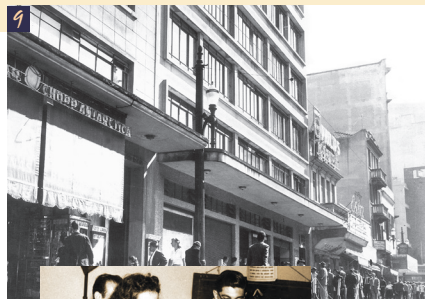


A nova aurora democrática após o inverno varguista

A Justiça Eleitoral brasileira foi recriada, em maio de 1945, nos momentos finais da ditadura do Estado Novo. Novamente o Palácio da Justiça serviu de maternidade para a reinstalação, em 6 de junho de 1945, do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo. O desafio da Justiça Eleitoral paulista era imenso: cumprir todo o processo eleitoral no espaço de 6 meses, desde o alistamento dos eleitores até as etapas preparatórias da votação e depois da apuração dos resultados. Em 2 de dezembro de 1945, deram-se as eleições para a Assembleia Nacional Constituinte e para presidente da República. Em setembro de 1946, foi promulgada a nova Constituição Federal e, no estado de São Paulo, ocorreram eleições estaduais, em janeiro de 1947, e eleições municipais, em outubro do mesmo ano. A redemocratização brasileira estava em marcha.

A sociedade brasileira, pelo voto, na busca de sua identidade política

O início dos anos 1950 foi marcado pela volta de Getúlio Vargas à Presidência da República, dessa feita pelo voto popular. Pouco antes, em 1947, o regime democrático sofrera um revés político proporcionado pela colocação do Partido Comunista Brasileiro (PCB), com boa votação em 1945, na clandestinidade. A cidade de São Paulo, que elegera os membros de sua Câmara Municipal nos pleitos de 1947 e 1951, voltou a escolher, pelo voto popular, seu prefeito, depois de mais de duas décadas. O denominado populismo desenvolveu-se de forma intensa nos palanques eleitorais paulistas, pelas atuações de Hugo Borghi, Adhemar de Barros e Jânio Quadros. Aquele período ainda trouxe o ano de 1954 com fortes contradições sociais: de um lado, os inúmeros festejos dos 400 anos da cidade de São Paulo alcançando praticamente todos os segmentos da população; e, de outro, o dramático suicídio de Getúlio Vargas, com grandes consequências políticas.



Da escuridão da longa noite autoritária à luz ressurgida da verdade das urnas

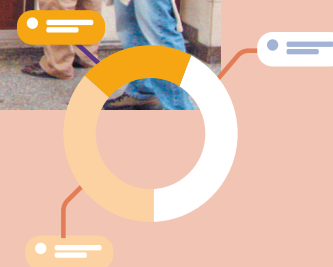
A renúncia do presidente da República Jânio Quadros (1961), a experiência fracassada do parlamentarismo (1961-1962) e o tumultuado período presidencial de João Goulart desembocaram na instalação, em 1964, do regime militar, que acabou com as eleições diretas para presidente da República, governadores de estado, prefeitos das capitais e municípios tidos como de segurança nacional, e ainda impôs o bipartidarismo, extinguindo, por consequência, os partidos que vinham atuando no período pós-1945. A redemocratização começou a tomar corpo com a reconquista da eleição pelo voto popular, para governador, em 1982, e para prefeitos das capitais, em 1985. Eleita a Assembleia Nacional Constituinte, em 1986, e promulgada a conhecida Constituição Cidadã, em 5 de outubro de 1988, a primeira eleição direta para a Presidência da República, após quase 30 anos, veio a acontecer em 1989.

A tecnologia a serviço da democracia brasileira

Os anos 1990 assinalaram um decisivo avanço no aperfeiçoamento do sistema eleitoral brasileiro: a adoção da urna eletrônica. Graças ao recadastramento em bases informatizadas de todo o eleitorado brasileiro, realizado em 1986, foi possível vislumbrar a implementação do modo eletrônico de votação: em 1996, nas capitais dos estados e nos municípios com mais de 200.000 eleitores; em 1998, nos municípios com mais de 40.500 eleitores; e, por fim, em 2000, em todas as cidades brasileiras. Outrossim, o paulatino emprego da identificação biométrica veio a aperfeiçoar ainda mais a captação legítima do voto. Entre eleições municipais e estaduais-federais, a urna eletrônica brasileira foi colocada à prova, até 2024, em 14 pleitos, incluindo o desafiador processo de votação de 2020, em pleno surto pandêmico mundial.



ESTATÍSTICA



DADOS ESTATÍSTICOS

Eleições 2024 – Dados Gerais

Jurisdicção	Eleitorado	Zonas Eleitorais	Municípios	Locais de Votação	Seções Eleitorais ¹	Mesários ²
Brasil	155.912.680	2.619	5.569	94.381	500.341	1.930.026
São Paulo	34.403.609	393	645	11.028	103.021	409.931
Interior	25.081.165	336	644	8.967	76.468	303.643
Capital	9.322.444	57	1	2.061	26.553	106.288

Fonte: TSE

¹Seções sem contar as agregações. Para seções após agregações, veja o capítulo específico de seções. – Atualização 27/09/2024

² Atualização 30/09/2024

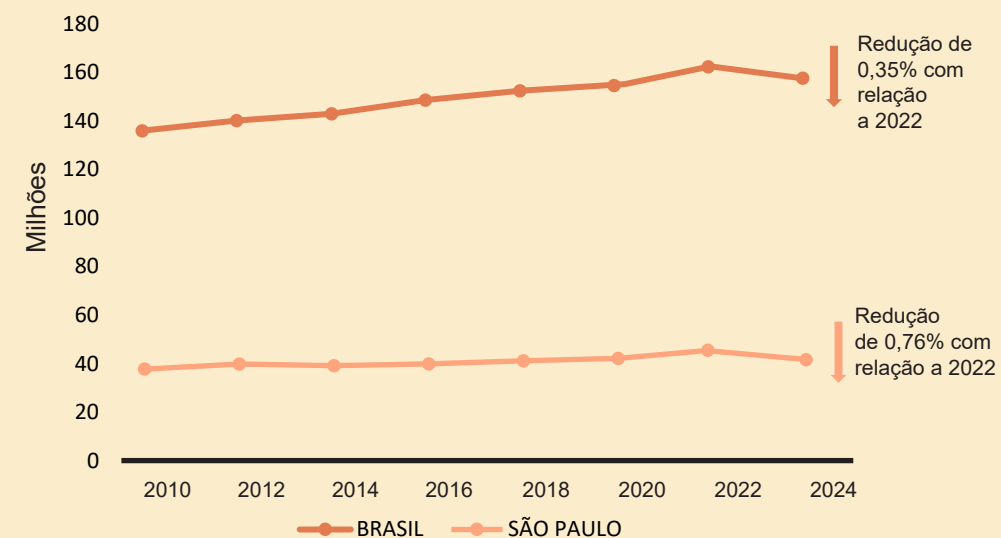
Evolução do eleitorado

Jurisdicção	Eleições			
	2018	2020	2022	2024 ³
Brasil	147.306.275	147.918.483	156.454.011	155.912.680
São Paulo	33.040.411	33.565.294	34.667.793	34.403.609
Interior	23.987.687	24.578.607	25.353.534	25.081.165
Capital	9.052.724	8.986.687	9.314.259	9.322.444

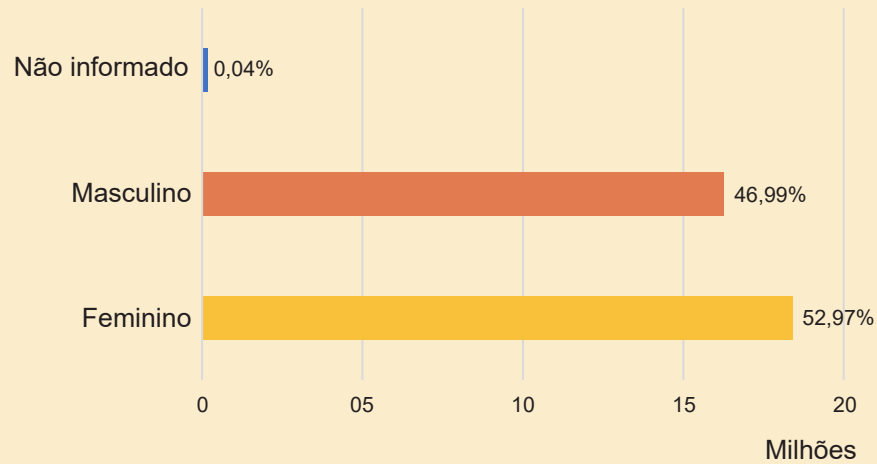
Fonte: TSE

³ Atualizado em 15/07/2024 - TSE

Evolução do eleitorado



| Eleitorado por gênero - Estado de SP, 2024



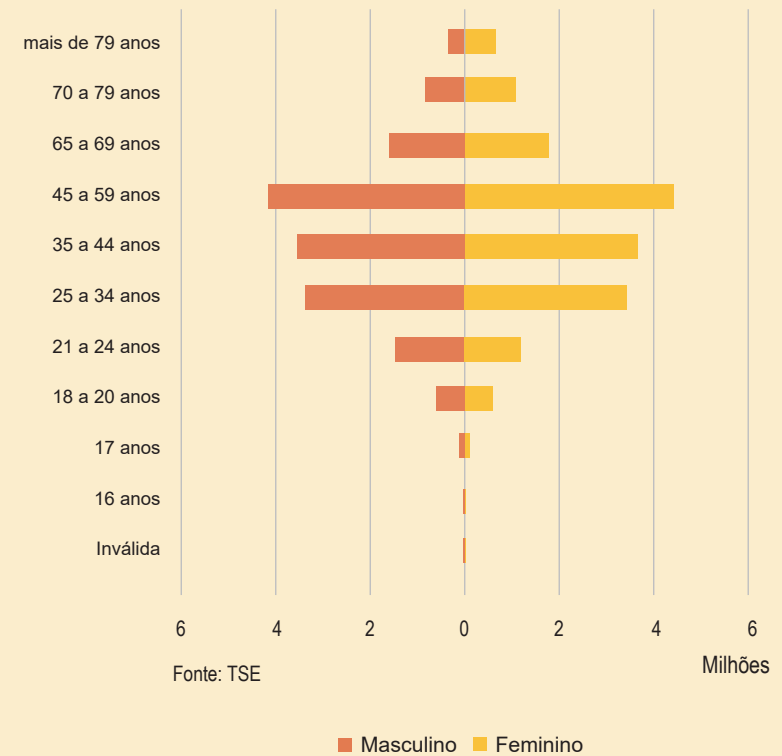
Eleitorado por gênero - Estado de SP, 2024

Gênero	Eleitorado
Feminino	18.224.600
Masculino	16.166.633
Não informado	12.376
Total	34.403.609

Fonte: TSE

a

Pirâmide etária - eleitores São Paulo, Eleições 2024



Eleitorado por faixa etária - São Paulo, Eleições 2024

Faixa Etária	Feminino	Masculino	Não Informado	Total	% faixa sobre o total
Inválido	97	82	0	179	0,0%
16 anos	25.947	25.999	0	51.946	0,2%
17 anos	57.968	57.611	0	115.579	0,3%
18 a 20 anos	683.594	672.514	0	1.356.108	3,9%
21 a 24 anos	1.201.099	1.172.990	0	2.374.089	6,9%
25 a 34 anos	3.357.747	3.179.964	0	6.537.711	19,0%
35 a 44 anos	3.714.406	3.384.703	0	7.099.109	20,6%
45 a 59 anos	4.753.526	4.202.020	1.525	8.957.071	26,0%
60 a 69 anos	2.440.993	2.007.080	3.683	4.451.756	12,9%
70 a 79 anos	1.356.498	1.034.442	3.001	2.393.941	7,0%
79 ou mais	632.725	429.228	4.167	1.066.120	3,1%
Total	18.224.600	16.166.633	12.376	34.403.609	100%

Fonte: TSE

Biometria - Estatísticas, Eleições 2024

Jurisdição	Eleitores	Eleitores com biometria ⁴	Eleitores sem biometria	Percentual com biometria
Brasil	155.912.680	129.198.488	26.714.192	83%
São Paulo	34.403.609	27.168.964	7.234.645	79%
Interior	25.081.165	20.483.986	4.597.179	82%
Capital	9.322.444	6.684.978	2.637.466	72%

Fonte: TSE

Importação do BIOEX⁵ - Eleições 2024

Jurisdição	Eleitorado Total	Eleitores sem biometria	Quantidade de importações do Bioex	Percentual de Bioex importado em relação ao eleitorado total
Brasil	155.912.680	26.714.192	7.769.498	4,98%
São Paulo	34.403.609	7.234.645	4.012.564	11,66%

Fonte: TSE

90,6% do eleitorado do Estado terá biometria disponível se o BIOEX for totalmente aproveitado, enquanto no Brasil será 87,5%

⁴Atualização – 15/07/2024

⁵Bioex é o projeto que visa o aproveitamento de dados biográficos e biométricos de cidadãos brasileiros cadastrados nas bases de dados custodiadas por órgãos signatários de acordos de cooperação técnica e não constantes na base de dados da Justiça Eleitoral, como Detran, Institutos de Identificação e outros.

ÍNDICE DE IMAGENS

- 1- Palácio da Justiça, onde foi instalado o então Tribunal Regional de Justiça Eleitoral de São Paulo, em 25 de maio de 1932. Em 6 de junho de 1945, ocaso da ditadura Vargas, o Tribunal Regional Eleitoral paulista foi lá reinstalado (Acervo CEMEL).
- 2- Segunda sede do então Tribunal Regional de Justiça Eleitoral de São Paulo, instalada em setembro de 1936 na rua Frederico Alvarenga nº 1 (atual nº 121), Glicério (imagem de Luiz Alexandre Kikuchi Negrão).
- 3- O exercício do voto em uma urna metálica, nas eleições municipais de março de 1936.
- 4- Plenário do então TRJE no prédio da rua Frederico Alvarenga, durante sessão presidida pelo desembargador Arthur César da Silva Whitaker (Arquivo CEMEL).
- 5- Fila de eleitores no primeiro pleito pós-ditadura Vargas, em 2 de dezembro de 1945 (Arquivo CEMEL).
- 6- Urnas de madeira utilizadas nas eleições de 2 de dezembro de 1945, empilhadas no Salão dos Passos Perdidos do Palácio da Justiça, onde ocorria a apuração (Acervo CEMEL).
- 7- Terceira sede do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo, instalada no prédio da rua Sete de Abril nº 151, antiga Biblioteca Municipal, em 1947 (Acervo CEMEL).
- 8- Reparação de urnas de madeira, na segunda metade dos anos 1940 (Acervo CEMEL).
- 9- Quarta sede do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo, instalada no prédio da rua do Seminário nº 61, em maio de 1952 (Acervo CEMEL).
- 10- Flagrante da chegada do material de votação no Pavilhão Internacional do Parque Ibirapuera, local das apurações da Capital, c. 1960 (Acervo CEMEL).
- 11- O exercício do voto em uma urna de lona, no início dos anos 1960 (Acervo CEMEL).
- 12- Plenário do TRE-SP no prédio da rua do Seminário, durante sessão presidida pelo desembargador Oswaldo Pinto do Amaral, c. 1956 (Arquivo Público do Estado de São Paulo).
- 13- O deputado federal paulista Cunha Bueno apresenta ao senador mineiro Milton Campos uma máquina de votar trazida dos Estados Unidos por sua iniciativa, em março de 1965 (Acervo CEMEL).
- 14- Cerimônia de diplomação do prefeito eleito Faria Lima (da esquerda para a direita, o quinto) e seu vice, Leônicio Ferraz (no mesmo sentido, o sétimo), em abril de 1965 (Arquivo Público do Estado de São Paulo).
- 15- Descerramento da placa de inauguração da primeira sede própria do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo, na rua Francisca Miquelina nº 123, em 6 de junho de 1970 (Acervo CEMEL).
- 16- O juiz da 1ª Zona Eleitoral de São Paulo, Sebastião Luiz Amorim, com o prefeito eleito Jânio Quadros, na cerimônia de diplomação ocorrida no plenário da Câmara Municipal (Palácio Anchieta), em 12 de dezembro de 1985. Observa-se, à esquerda, Darcy de Barros Gomes, o então diretor-geral do TRE-SP (Acervo Reinaldo José Stávale/Câmara Municipal de São Paulo).
- 17- Servidores do TRE-SP exibem cartaz de divulgação da urna eletrônica para as eleições municipais de 2000 (Acervo CEMEL).
- 18- Outdoor com mensagem do TRE-SP para as eleições de 2004 (Acervo CEMEL).
- 19- Flagrante dos trabalhos de junta apuradora nas eleições de 1990 (Acervo CEMEL).
- 20- O cantor Agnaldo Timóteo, eleito vereador de São Paulo, é diplomado pelo então juiz auxiliar da propaganda eleitoral, Paulo Sérgio Brant de Carvalho Galizia, em cerimônia ocorrida em 17 de dezembro de 2004, no plenário da Assembleia Legislativa paulista (Acervo CEMEL).
- 21- Eleitora interage com membros de seção eleitoral nas eleições municipais de 2020 (Acervo CEMEL).



Tribunal Regional Eleitoral
de São Paulo